

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.079 - ES (2019/0317052-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : AGILSON FIDENCIO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : FREDERICO VILELA VICENTINI - DEFENSOR DATIVO -  
ES024737  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DESPACHO**

Trata-se de pedido de reconsideração, apresentado por AGILSON FIDENCIO DE OLIVEIRA, contra a decisão que não conheceu do recurso.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental, ante o princípio da fungibilidade recursal, desde que apresentado no prazo legal, como ocorreu no caso dos autos.

Assim, tendo em vista as razões lançadas na petição de fls. 534, CONHEÇO do pedido de reconsideração como agravo regimental e determino a vista ao "recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, aplicando, *mutatis mutandis*, o § 3.º do art. 1.024 do Código de Processo Civil.

Após, **distribua-se o agravo regimental, nos termos do art. 21-E, § 2.º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente